

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 31 No. 2 2018

ARTIGO

MARIETA E JOSEFA NO PRÉDIO DA LOUCURA: UMA ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS MANICOMIAIS*

Juliana Brandão**

RESUMO

Marieta e Josefa tiveram suas vidas entrelaçadas e confinadas no Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil (Belo Horizonte – MG), e é a partir de certos elementos que encontrei ao longo da pesquisa, que assumo elas terem sido pacientes de tal instituição. Suas histórias, aqui (re)construídas por mim de forma livre, tendo por base fontes documentais e materiais, nos guiarão pelo hospital criado em 1947, o qual recebeu desde crianças com sofrimento mental até órfãs ou portadoras das mais diversas doenças. Com discursos de poder e controle materializados na espacialidade do prédio, espero discutir, através da Arqueologia da Arquitetura, como essa instituição funcionou como um mantenedor da ordem urbana ao tirar de circulação uma gama de pequenos indesejáveis rechaçados pela sociedade.

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura; Poder; Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil.

* Trabalho vencedor do Prêmio Luiz Castro Faria/2018.

** Doutoranda em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e mestre pela mesma instituição. Contato: jumbrandao@yahoo.com.br.

MARIETA AND JOSEFA IN THE MADNESS BUILDING: AN ARCHEOLOGY OF MANICOMIC SPACES

ABSTRACT

Marieta and Josefa had their lives entwined and confined in the Neuro-Psychiatric Children's Hospital (Belo Horizonte - MG); where, from certain elements that I found throughout the research, I assume that they were patients of that institution. Their stories, reconstructed here by me in a free form, based on documentary and material sources, will guide us through the hospital created in 1947, which received from children with mental suffering up to orphans or carriers of many types of diseases. With discourses of power and control materialized in the spatiality of the building, I hope to discuss, through Archeology of Architecture, how this institution functioned as a maintainer of urban order by removing a range of undesirable children rejected by society.

Keywords: Archaeology of Architecture; Power; Neuro-Psychiatric Children's Hospital.

MARIETA Y JOSEFA EN EL EDIFICIO DE LA LOCURA: UNA ARQUEOLOGÍA DE LOS MANICOMIOS

RESUMEN

Las vidas de Marieta y Josefa se entrelazaron y confinaron en el Hospital neuro-psiquiátrico infantil (Belo Horizonte-MG). A partir de los elementos que encontré a lo largo de mi investigación, asumo que ellas fueron pacientes de esta institución. Sus historias, aquí (re)construidas por mi de forma libre, teniendo como base fuentes documentales y materiales, nos guiarán por el hospital creado en 1947, el cual recibió desde niños con problemas mentales hasta huérfanos o portadores de las más diversas enfermedades. Con un discurso de poder y control materializados en la espacialidad del edificio, espero discutir, a través de la Arqueología de la Arquitectura, cómo esta institución funcionó como un mantenedor del orden urbano al retirar de circulación una gama de pequeños indeseados rechazados por la sociedad.

Palabras clave: Arqueología de la Arquitectura; Poder; Hospital de Neuro-Psiquiatría Infantil.

Neste artigo proponho-me desenvolver uma discussão a partir de uma abordagem do tipo *storytelling*¹, na qual apresentarei alguns aspectos da minha dissertação de mestrado² sobre o antigo Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil (HNPI), localizado na cidade de Belo Horizonte (MG) e que esteve em atividade entre os anos de 1947 e 1980.

O prédio onde funcionou o HNPI abrigou outros usos. Ele foi inaugurado em 1914 como 1º Hospital Militar da Força Pública do estado de Minas Gerais e manteve essa funcionalidade por 31 anos, quando foi cedido, mediante pagamento de indenização, para tornar-se uma instituição psiquiátrica infantil. Passados 33 anos como HNPI, o prédio transformou-se em Escola Estadual Yolanda Martins Silva, que manteve suas atividades até 1994 — ano em que foi desocupado devido a sua estrutura comprometida e, concomitantemente, recebeu o tombamento municipal.

Após 19 anos de portas trancadas, o prédio recebeu uma nova proposta de uso: tornar-se um memorial de Juscelino Kubitschek, haja vista este ter integrado o corpo médico do Hospital Militar em 1931. Tal projeto, apresentado pela Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA)³, foi contestado por um grupo de artistas, ativistas, educadores, profissionais autônomos e produtores culturais que não aceitavam mais um lugar de memória ao antigo prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e também antigo presidente do Brasil. Defendendo o discurso do direito democrático à cidade, essas pessoas traziam consigo uma ideia diferente de (re)uso para aquele espaço por tanto tempo abandonado: torná-lo um centro de arte, cultura e educação autogestionado.

Foram várias as audiências com membros do coletivo, representantes da FHEMIG, da FELUMA, do Governo do Estado de Minas Gerais e da Diretoria de Patrimônio Público de Belo Horizonte, tendo como mediadora a procuradora do Ministério Público. Até que, no dia 18 de dezembro de 2013, o prédio foi, enfim, cedido às ocupantes para ser usado por um período de 20 anos. Naquele momento, o antigo HNPI tornava-se *Espaço Comum Luiz Estrela*.

Na narrativa aqui apresentada, somam-se histórias fictícias com dados provenientes da leitura da espacialidade do HNPI feita pelo viés da Arqueologia da Arquitetura. Essa abordagem se deu através do uso de uma ferramenta metodológica proposta pelos arquitetos Bill Hillier e Julienne Hanson, chamada *modelo gamma* (HILLIER & HANSON, 1984). Tal ferramenta, quando aplicada na planta baixa da edificação estudada, permite compreender como são os acessos e movimentação em seu interior. Na Arqueologia, muitas pesquisadoras e pesquisadores (MARKUS, 1993; ZARANKIN, 1999, 2002, 2003; STANCHI, 2008; CORREIA, 2014; MOREIRA, 2015; LOPES, 2017; dentre outros) utilizam dessa ferramenta de análise para compreender os discursos materializados nos superartefatos que pesquisam. Entendem que a distribuição espacial no interior de uma edificação possui relação direta com o controle e domesticação dos corpos que transitam por esses espaços, uma vez que pode favorecer ou dificultar certos encontros, pode criar pontos de vigilância ou apresentar características de confinamento.

O produto obtido a partir do *modelo gamma* é um gráfico espacial no qual os círculos (ou nós) representam espaços/cômodos, e as linhas que ligam cada círculo representam

¹ Esta abordagem foi inspirada na discussão apresentada por Senatore e Zarankin (2014) no artigo “*Storytelling, Big fish y arqueología: repensando el caso de la Antártida*”.

² Mestrado realizado entre os anos de 2013 e 2015 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Dr. Andrés Zarankin e com apoio financeiro da Capes. Este mestrado resultou na dissertação intitulada “Arquitetura que enlouquece: Poder e Arqueologia”.

³ FELUMA é a instituição mantenedora da Faculdade e pós-graduação Ciências Médicas, do Hospital Universitário Ciências Médicas e do Ambulatório Ciências Médicas, em Belo Horizonte.

os acessos (ou entradas). Desta maneira, é possível visualizar os cômodos com maior ou menor facilidade de acesso, relações de hierarquia entre eles, bem como áreas panópticas⁴, as quais apresentam maior potencial de vigilância e controle.

Além dos dados obtidos através da leitura da distribuição espacial do HNPI, informações retiradas dos jornais Diário de Minas (1956) e Estado de Minas (1980), do Decreto-Lei nº 2094 — que criou o Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil e o Instituto de Psico-pedagogia — e de bibliografia referente à instituição também contribuíram para a construção desta narrativa.

Juntas, percorreremos o dia a dia do HNPI, guiadas pela Marieta e pela Josefa, duas crianças que conheci durante a pesquisa, as quais deram corpo, sentido e emoção ao meu trabalho, ao mesmo tempo em que me ajudaram a explicar a vida naquele lugar.

A CHEGADA AO HOSPITAL DE NEURO-PSIQUIATRIA INFANTIL

Marieta era uma menina de 10 anos, morava com sua família no interior de Minas Gerais e sofria com fortes ataques de epilepsia. Ela era motivo de enorme preocupação para seus pais, que, muito humildes, precisavam trabalhar o dia inteiro a fim de garantir o sustento da família e, portanto, não dispunham de tempo para acudir a filha nos momentos de crise.

Josefa, de 13 de anos de idade, não apresentava nenhuma complicação nervosa. Por aqueles tempos, sofria de uma gripe mal curada, devido ao inverno que a castigava pelas ruas de Belo Horizonte. Ela tinha apenas uma vaga lembrança de quem eram seus pais. Ficou órfã muito novinha e passou a ser criada pela tia, que a colocava para trabalhar como empregada doméstica. Mal alcançava a boca do fogão e já cozinhava feijão. Na casa onde trabalhava, era muito maltratada pela família que pouco lhe pagava. Optou pela rua. Ao menos, ali seria livre.

Ambas as meninas foram levadas ao Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil de Belo Horizonte – o HNPI.

Figura 1 – Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil, sem data.
Fonte: Acervo pessoal de Luiz Eduardo Ribeiro Almeida.



⁴ No final do século XVIII, o filósofo e jurista inglês Bentham concebeu, pela primeira vez, a ideia do panóptico. Para isso, ele estudou o sistema penitenciário e criou um projeto de prisão circular, onde um observador central poderia ver todos os presos. Bentham também sugeriu que esse mesmo projeto de prisão poderia ser utilizado em escolas e no trabalho, como meio de tornar mais eficiente o funcionamento desses locais. Foi nesse período da história que, segundo Foucault (2013), iniciou-se um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico: um conjunto de dispositivos que permitiria uma vigilância e um controle social cada vez mais eficiente. Desse modo, uma arquitetura panóptica contribui para colocar os sujeitos em evidência dentro do sistema de vigilância, os quais, uma vez cientes disto, interiorizam a disciplina de maneira tal que o poder exercido sob seus corpos é garantido e mantido de forma automática — tornando-os, assim, corpos dóceis e mantenedores do poder.

Marieta foi levada pelos pais, os quais esperavam que ali ela recebesse a atenção e tratamento de que necessitava. Josefa chegou numa viatura da polícia. Um policial a encontrou no canto da praça, sozinha, delirando de febre.

Espera. Mas o hospital não era uma instituição psiquiátrica?

Sim, era. No entanto, estava em vigor o regulamento de Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, criado pelo Decreto nº 7680, de junho de 1927. Nesse regulamento, estava previsto que todos os menores de 18 anos classificados como pervertidos, delinquentes ou anormais, que não possuíam habitação, meio de subsistência, ou cujos pais fossem incapazes financeira ou moralmente de cuidá-los, ficariam sob responsabilidade do Estado. Eles deveriam ser encaminhados para uma instituição adequada, a qual lhes daria atenção e lhes inculcaria valores morais, intelectuais e econômicos (CARVALHO, 2011).

De fato, o HNPI não era o ambiente mais adequado para receber Josefa. Contudo, conforme afirmou a Senhora Latife, primeira dama do estado em 1980, aquela instituição era um depósito de “problemas sociais”. Ali residiam “crianças sem pais, portadoras de outras doenças”, que necessitavam ser remanejadas para outro lugar que lhes oferecesse uma assistência mais adequada (ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 jul. 1980). Marieta e Josefa, agora, compunham esse grupo.

Ao adentrar o hospital, as meninas logo perceberam que aquele era um prédio estranho. Suas paredes eram muito grossas, haja vista que, na ausência de colunas, eram as próprias paredes que sustentavam o prédio; havia cômodos que parecia já terem tido passagem direta com outros; além disso, havia uma sucessão de corredores, portões, grades e cadeados que davam às meninas a impressão de estarem em um presídio. Por que janelas tão pequenas no alto da parede? E se as meninas não conseguiam alcançar as janelas, por que elas tinham grades? Até a televisão da sala recreativa era gradeada! Que gente doida essa que administra esse hospital!

O que Marieta e Josefa não sabiam era que muito da estranheza causada por aquele prédio era porque ele não fora construído para ser uma instituição psiquiátrica infantil. Na realidade, aquela construção abrigara o Hospital Militar da Força Pública de Belo Horizonte — muitos anos antes da chegada delas, em 1914.

Figura 2 - Hospital Militar.

Fonte: SILVEIRA *et. al.*, 2011, p. 127.



Através de pagamento de indenização e verbas provenientes do convênio entre o governo de Minas Gerais e o Serviço Nacional de Doenças Mentais, do governo federal, o prédio começou a abrigar, a partir de 1947, o HNPI e o Instituto de Psico-pedagogia. De acordo com o Decreto-Lei nº 2094, que lhes deu origem, o Hospital destinava-se ao atendimento, hospitalização e tratamento de crianças de ambos os sexos, portadoras de doenças nervosas e mentais. O Instituto, por sua vez, tinha por finalidade oferecer orientação pedagógica às crianças identificadas como “anormais” (Decreto-Lei nº 2094, 1947, 14 de março).

Para o quadro de funcionários do HNPI estavam previstos: três psiquiatras, um médico internista, um médico residente, um oftalmo-otorrinolaringologista, um médico cirurgião, um médico laboratorista, um farmacêutico, um cirurgião-dentista, uma enfermeira, três auxiliares de enfermagem, um terceiro oficial, um quarto oficial e um psiquiatra para o cargo de diretor. Além desses especialistas, compunham também o quadro de funcionários um porteiro, guardas, cozinheiras, duchistas, entre outros servidores.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, o HNPI atendia somente em regime ambulatorial. Em seguida, a partir de 1949, começaram a ser aceitas internações. Nesse período, o Instituto de Psico-pedagogia prestava serviço em condições precárias, uma vez que era feito nas próprias instalações do hospital. Somente depois de concluídas as obras de reforma e ampliação, em 1952, o Instituto tornou-se uma espécie de “clínica de orientação infantil” (CIRINO, 1992:70), a qual, entre outras funções, colaborava na alfabetização das crianças internadas no HNPI. O Decreto-Lei de sua fundação, inclusive, previa para o quadro de funcionários do Instituto quatro regentes de classe.

O antigo Hospital Militar precisou passar por uma série de mudanças para receber sua nova funcionalidade. Vejam, por essas plantas, como o espaço interno do prédio sofreu compartimentações⁵.

⁵ Durante a realização desta pesquisa, não encontrei plantas baixas que mostrassem as mudanças ocorridas nesses diferentes usos da edificação. Portanto, para ter uma ideia de como o prédio teria sido originalmente e no que ele se transformou, realizei o exercício de me deslocar por ele atenta às modificações sofridas em sua arquitetura. Esse foi um trabalho feito em conjunto com arquitetos, um engenheiro e colegas arqueólogas, no qual percorremos o prédio buscando identificar mudanças estruturais tardias tais como o fechamento de antigas passagens, a divisão de um cômodo em vários outros, o fechamento de janelas e construção de outras, a implantação da laje que sobrecarregou a estrutura arquitetônica e a mudança da localização da escada de acesso ao segundo pavimento. Ao fim dessa etapa do trabalho, foi possível chegar a duas plantas baixas aproximadas dos períodos anterior e posterior à implantação do HNPI no prédio. Todas as plantas baixas aqui apresentadas foram adaptadas a partir da planta atual da edificação, a qual foi construída pelos membros da Oficina de Arquitetura e Restauro, que vem atuando no Espaço Comum Luiz Estrela — atual uso estabelecido naquele antigo hospital.

Momento anterior ao HNPI:

Figura 3 - Planta baixa nº 1: primeiro pavimento, momento anterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.

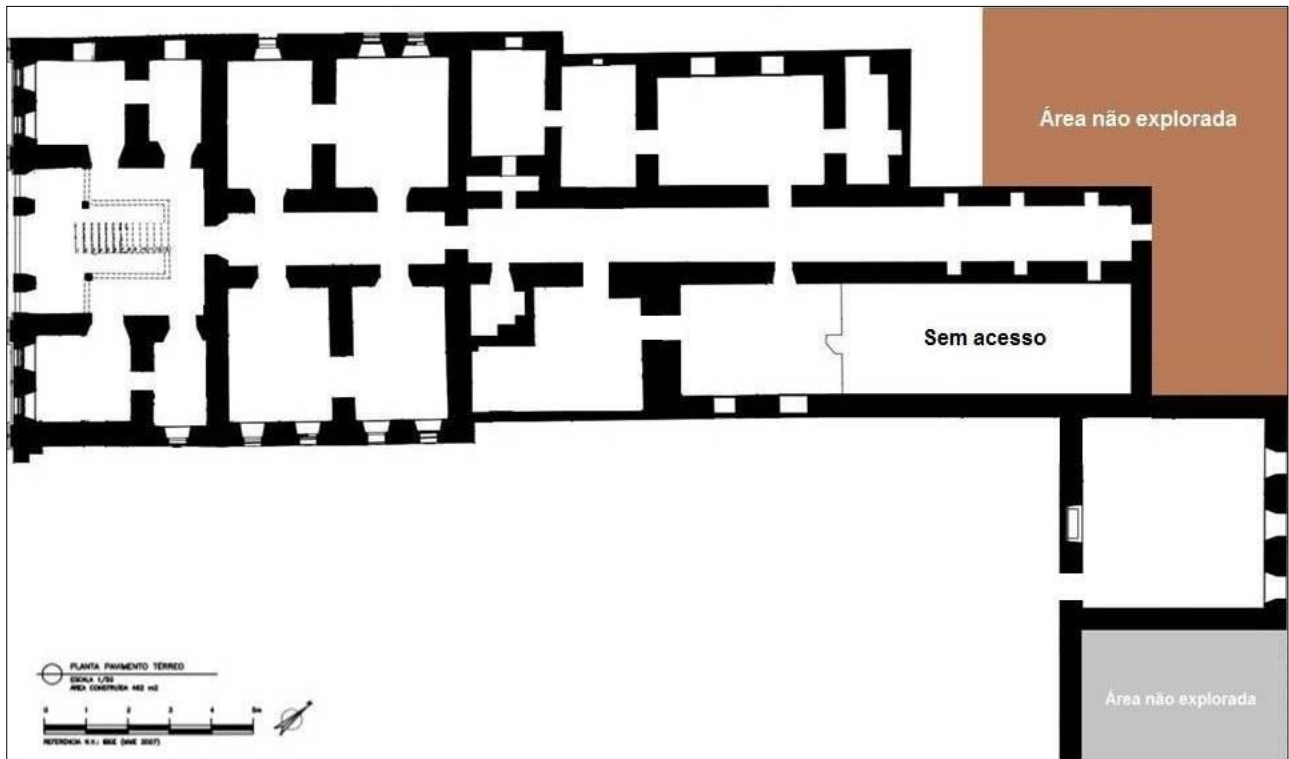
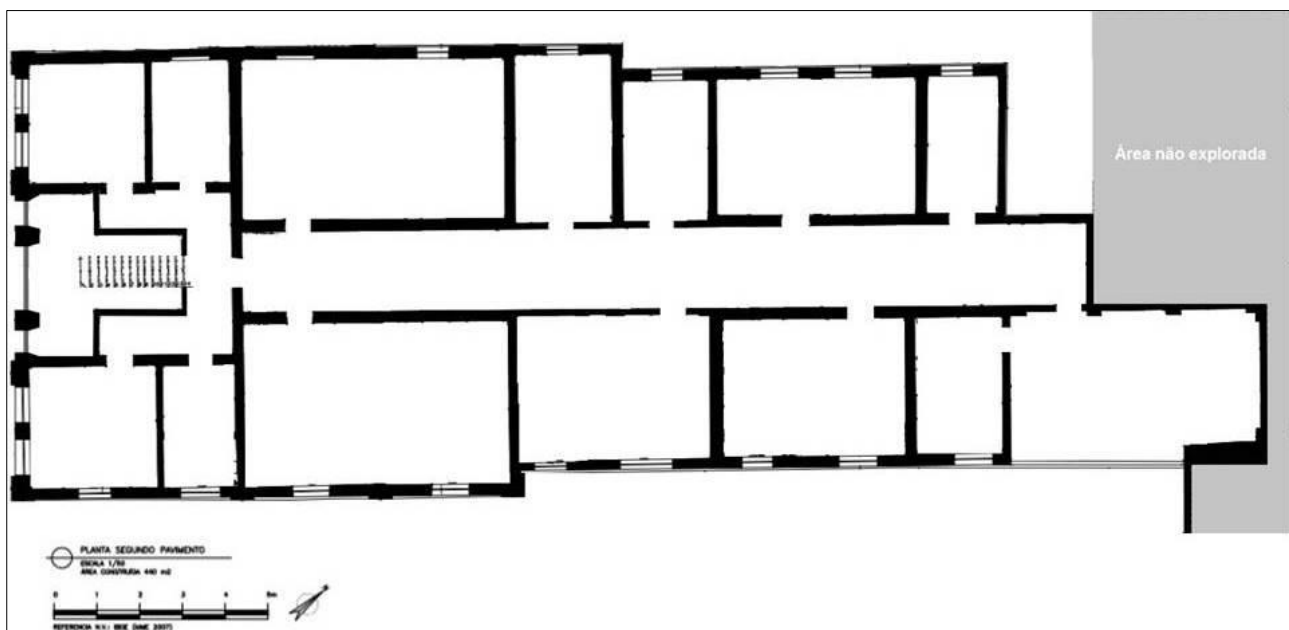


Figura 4 - Planta baixa nº 2: segundo pavimento, momento anterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.



Legenda:

- Área não explorada em razão das condições estruturais.
- Área não explorada porque, atualmente, pertence à FHEMIG, e seu acesso não é permitido.

Momento após a implantação do HNPI:

Figura 5 - Planta baixa nº 3: primeiro pavimento, momento posterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.

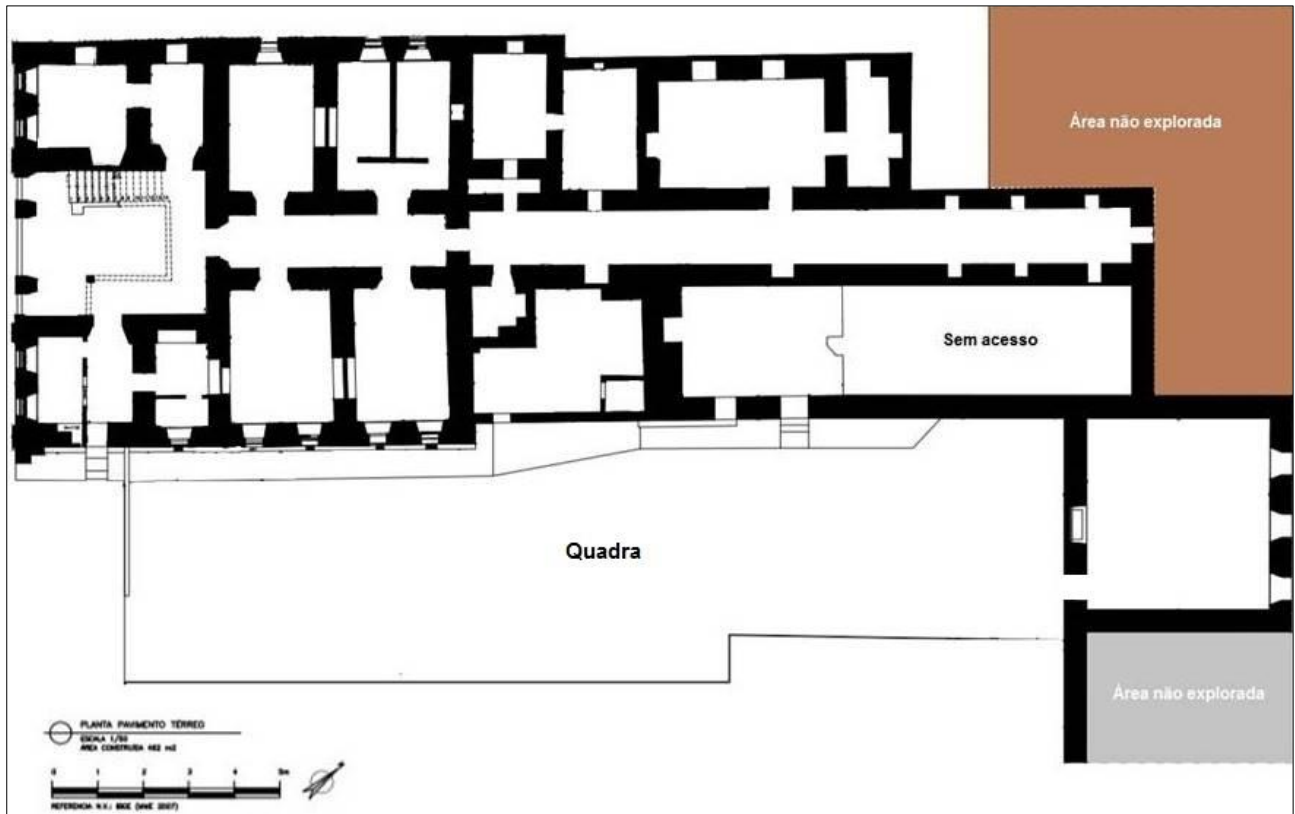
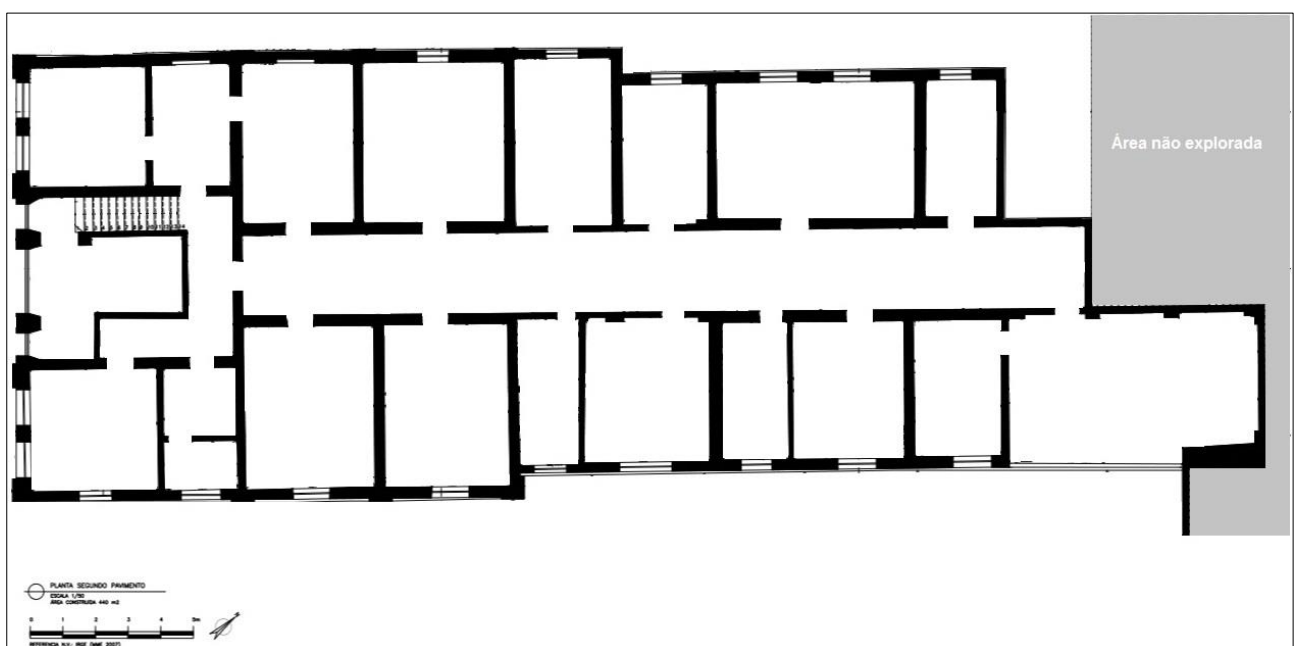


Figura 6 - Planta baixa nº 4: segundo pavimento, momento posterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015



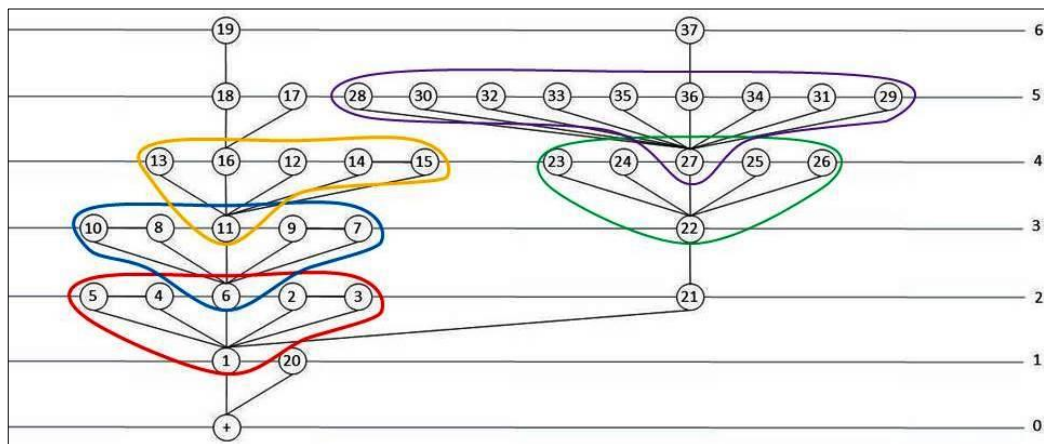
As meninas também tinham a impressão de que tudo no prédio instigava a manutenção da ordem e do controle. Isso ficava evidente, sobretudo, nos corredores. Elas não conseguiam ficar longe dos olhares dos funcionários, pois, não importando para onde fossem, tinham de atravessar o único corredor do primeiro ou do segundo pavimento. Mesmo quando estavam nos quartos ou nas salas, sabiam que os funcionários tinham os olhares postos nelas, haja vista que eles também eram obrigados a passar pelos corredores e, por conseguinte, manter a ordem sob quem transitava pelo prédio, assim como verificar se todos os cômodos estavam em ordem.

Quando o prédio funcionou como Hospital Militar, não foi muito diferente. No entanto, naquela época havia enfermarias maiores, janelas amplas e passagens que ligavam um cômodo a outro. Agora, porém, todos eram obrigados a passar pelos corredores, opção única de acesso a vários pequenos cômodos.

Se observarmos isso a partir de um gráfico espacial, fica evidente o aumento no número de cômodos controlados por cada área panóptica. No gráfico, cada um dos espaços do Hospital é representado pelos círculos, e as linhas que os ligam representam os acessos entre cada um deles. Já as marcações coloridas, destacam as áreas panópticas. Desse modo, no período anterior à implantação do HNPI, o corredor do segundo pavimento, representado pelo círculo nº 27 do primeiro gráfico, por exemplo, dava acesso a nove cômodos (círculos 28 a 36). Após o funcionamento do hospital, esse mesmo corredor (representado no gráfico 2 pelo círculo 32) passou a dar acesso a doze cômodos (círculos 34 a 45).

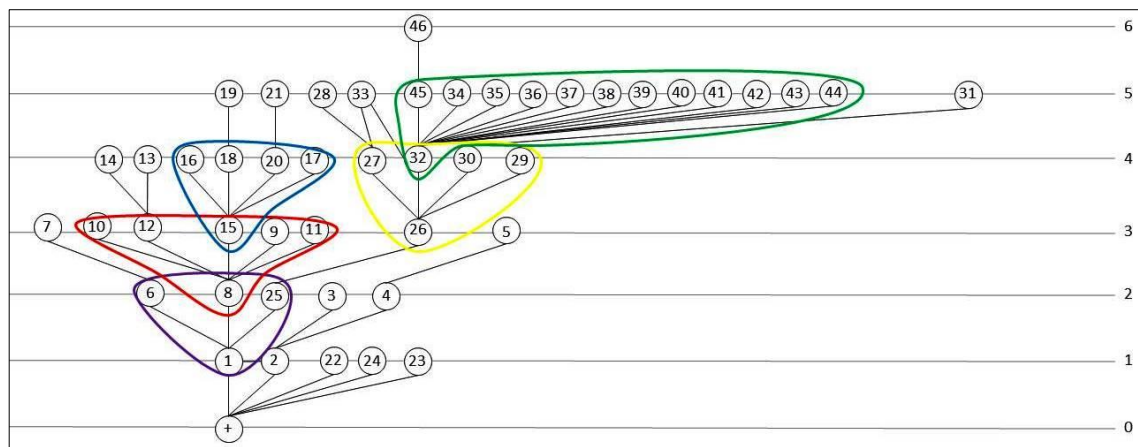
Momento anterior ao HNPI:

Gráfico 1 - Gráfico espacial correspondente ao momento anterior à implantação do HNPI, destacando cinco áreas panópticas.



Momento após a implantação do HNPI

Gráfico 2 – Gráfico espacial correspondente ao momento posterior à implantação do HNPI, destacando cinco áreas panópticas.



Os hospitais, assim como outras instituições totais⁶, utilizam do poder disciplinar como mecanismo para transformar em corpos dóceis e úteis todos que por eles transitam. Afinal, numa instituição hospitalar (independente de sua natureza), a disciplina é fundamental: a separação dos pacientes de acordo com sexo, idade e doença; e o rigor dos horários referentes à alimentação e medicação são fatores que interferem sobremaneira no sucesso (ou não) do tratamento. Além disso, o próprio espaço pode ser disciplinado, de modo a criar no interior da instituição localizações funcionais. Assim, espaços “que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos” são agrupados a fim de “satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar espaço útil” (FOUCAULT, 2013: 139). Desse modo, garante-se o sucesso dos objetivos institucionais.

O DIA A DIA DAS INTERNAS

Não tardou muito para Marieta e Josefa entenderem que havia outras formas do hospital manter o controle sobre elas. Havia os equipamentos de contenção e aquelas práticas que diziam ser terapêuticas: o quarto de contenção, o eletrochoque e a aplicação de psicofármacos e da insulino terapia.

Em razão da epilepsia, Marieta passava por frequentes sessões de eletrochoque. Após cada sessão, ela sempre era levada de volta ao quarto numa maca, meio desfalecida, exausta. Acreditava-se que os choques acalmariam seu sistema nervoso e diminuiriam suas crises. Josefa ficava tensa toda vez que a amiga era levada para a sala de convulsoterapia. Tinha medo de exagerarem nos choques e nunca mais poder ver aquele sorriso doce e sereno de Marieta.

Embora não precisasse de tratamento psiquiátrico, volta e meia Josefa era trancada no quarto de contenção por cerca de 40 minutos. O confinamento era um castigo, devido ao seu comportamento rebelde e temperamental.

Ela sentia tédio ali. Não havia espaço nem material suficientes que lhe permitissem ter alguma diversão — como jogar bola, por exemplo. Os momentos de lazer resumiam-se a um banho de sol na paisagem cinza que era o pátio de concreto. Sentia-se num

⁶ Instituição total é um “local de residência e trabalho onde muitos indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974: 11).

presídio, e não em um lugar onde moravam tantas crianças. O próprio diretor do HNPI dizia que a estrutura do antigo Hospital Militar não favorecia a criação de um ambiente infantil. Por esse motivo, Josefa tentou fugir várias vezes. Embora ali fosse bem alimentada e recebesse assistência médica sempre que precisava, na rua, ao menos, ela seria livre.

Bem, nenhuma das suas tentativas de fuga foi bem-sucedida. E sempre que era pega em flagrante, corria dos sermões ou se mostrava agressiva com os funcionários. Era então que lhe colocavam no quarto de contenção. Pra Josefa, isso não fazia muita diferença. Estava presa do mesmo jeito e sabia que cedo ou tarde lhe tirariam dali — não sem algumas palavras do tipo “espero que tenha pensado bem sobre seu comportamento”.

No entanto, havia um momento na rotina do Hospital que, tanto Josefa como Marieta, gostavam muito: a ida à Unidade Psicopedagógica.

Algumas grades e cadeados mantinham separadas ambas as instituições localizadas no mesmo terreno. Na Unidade, elas aprendiam um pouco de carpintaria, de sapataria, de tecelagem e de costura. Além disso, recebiam a atenção de neurologista, foniatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pediatras, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e professores.

Contudo, nem todas as crianças do HNPI eram atendidas na Unidade Psicopedagógica. Para lá eram enviadas somente aquelas que o diretor considerasse “melhorzinhas” (ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 jul. 1980). O que seriam crianças “melhorzinhas”, não se sabe exatamente. Talvez fossem aquelas cujo transtorno mental não comprometesse suas habilidades motoras e intelectuais, sendo, desse modo, consideradas produtivas pela e para a sociedade.

Naquela época, na década de 1980, a Unidade atendia mais de 400 crianças, dentre as quais 57 eram internas do HNPI. As outras eram atendidas num regime de externato (ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16 jul. 1980). Tanto a Unidade quanto o HNPI eram as únicas instituições psiquiátricas infantis públicas existentes do Estado de Minas. Logo, não admira o número tão elevado do público que as frequentavam.

A propósito, naquele mesmo período, o repórter conhecido por publicar uma série de reportagens-denúncia sobre o Hospital Colônia de Barbacena, Hiram Firmino, visitou o HNPI. Após ter contato com o Colônia, que foi classificado pelo psiquiatra italiano líder da luta antimanicomial, Franco Basaglia, como um campo de concentração nazista, Firmino estava curioso em saber como eram as demais instituições psiquiátricas espalhadas pelas Gerais. As reportagens resultantes de sua visita ao HNPI e à Unidade Psicopedagógica foram publicadas de modo impactante, conforme lhe era característico no modo de escrever.

Segundo Firmino, havia um contraste gritante entre ambas as instituições, de modo que ele classificou o HNPI como o “inferno” e a Unidade como o “paraíso”. Em duas reportagens publicadas no jornal *Estado de Minas* nos dias 15 e 16 de junho de 1980, ele explicou que a ausência de cores, brinquedos, de espaço para as crianças brincarem e o excesso de grades tornavam o HNPI semelhante às demais instituições psiquiátricas para adultos que existiam em Minas Gerais. A Unidade Psicopedagógica, por sua vez, embora sofresse com carência de verbas, que inviabilizava, por exemplo, a construção de um *playground* ou de uma quadra de futebol melhor, ainda assim apresentava-se como um ambiente muito mais acolhedor.

Quando Firmino questionou o contraste existente entre ambas as instituições, Maria Matoso, então diretora da Unidade, afirmou que a culpa era de quem administrava. Se a FHEMIG não tinha verba para repassar, que encontrassem um meio alternativo para oferecer o mínimo de conforto e qualidade de atendimento para as crianças — ainda que fosse obtendo recursos através da venda de rifas.

Observando Maria Matoso defendendo seu trabalho à frente da administração da Unidade Psicopedagógica, e diante do fato de que a maioria do seu quadro de funcionários era composto por mulheres, a conclusão de Hiram Firmino naquele momento foi a de que talvez a presença feminina fosse o diferencial da instituição, haja vista que, segundo o jornalista, as mulheres eram mais sensíveis no trato com crianças de uma maneira geral.

Até aqui, vimos as formas de controle e discurso de poder materializados na distribuição espacial do prédio e nas práticas ali exercidas, e como eles se tornaram mais incisivos com o passar dos anos. Por outro lado, havia um aspecto que era constante no prédio: a falta de recursos para a sua manutenção. Diretores do Hospital nas décadas de 1950 e 1980 afirmavam que aquele não era o lugar adequado para uma instituição psiquiátrica infantil.

Em 1956, o então diretor José Abrantes Gonçalves disse que o prédio tinha tantas goteiras, que, em dias de chuva, os funcionários não sabiam se ficavam ali dentro ou se iam para a rua (DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 08 jan. 1956). Raphael Mesquita, diretor do hospital em 1980, foi mais enfático ao afirmar que “o certo mesmo era jogar (...) tudo no chão e fazer um outro hospital pros meninos” (ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16 jul. 1980).

E a Marieta e a Josefa? Como ficavam no meio disso tudo? Suas vidas se resumiam a choques e isolamento?

Claro que não!

Embora sofressem com a tentativa de “domesticação” proveniente da rotina e controle institucionais, elas encontravam meios de subverter tudo isso e de se expressar. Um desses meios eram os desenhos. Mas não aqueles desenhos que as funcionárias da Unidade Psicopedagógica pediam para que elas fizessem em papéis. Com objetos pontiagudos, elas deixavam inscrições pelas paredes e muros do hospital. Enquanto Marieta treinava sua caligrafia às escondidas na parede de um dos cômodos, Josefa preenchia o muro com palavrões. O diretor sabia dessas infrações de Josefa; no entanto, não a castigava nem a repreendia por isso. Ele reconhecia que, na ausência de espaço e de atividades que a mantivessem ocupada, aquela era uma maneira de dar vazão ao estresse e monotonia que era viver no hospital.

Figuras 7 e 8 – Nomes inscritos nas paredes do antigo HPNI.

Fonte: Acervo pessoal. Fotos de Juliana Brandão, 2014.



Figuras 9 e 10 – Desenhos nas paredes do antigo HPNI.
 Fonte: Acervo pessoal. Fotos de Juliana Brandão, 2014.



Todo o rebuliço causado pelas reportagens de Hiram Firmino, bem como pelas mobilizações dos militantes da causa antimanicomial, resultou no Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica, na FHEMIG. Assim, em fins da década de 1980, ocorreu a fusão administrativa do HNPI e da Unidade, formando o Centro Psicopedagógico. A partir daquele momento, gradativamente tiveram fim as internações, e o atendimento passou a ser somente ao longo do dia.

Marieta voltou para sua cidade natal, a fim de residir novamente no seio familiar. A distância de Belo Horizonte, no entanto, era um problema, e ela temia não suportar os ataques de epilepsia. Porém, ela temia mais ainda voltar a viver longe do abraço de sua mãe.

Josefa, que não tinha família, foi adotada por uma das funcionárias, que se comoveu e compreendeu aquele espírito rebelde.

Em 1994, o prédio que comportou tantas histórias foi fechado, tombado pelo município como bem patrimonial, e abandonado. Nessa época, ele funcionava como Escola Estadual Yolanda Martins, cujos alunos eram crianças portadoras de sofrimento mental. Contudo, as rachaduras e infiltrações eram um risco grande, de modo que o prédio poderia desabar a qualquer momento.

UM PRÉDIO LOUCO

Por fim, o prédio que, por tantos anos, foi lugar de segregação, acabou sendo segregado. Conhecido como lugar da loucura, ele mesmo foi tratado como “louco”, sendo esvaziado, fechado, segregado na malha urbana e esquecido pelo poder público. Aquele corpo de concreto foi mantido em silêncio, envolto de correntes, observando o tempo passar, as coisas se modificarem no seu entorno, desgastando-se perante a ausência de reparos, sofrendo ao surgimento de cada nova fenda.

Sofreu. Porém resistiu.

O simples abandono não foi o suficiente, pois o prédio continuou a existir, e sua existência causava incômodo — sobretudo em razão do seu desamparo, cicatrizes e memórias que suscita. Era feio. Sua monumentalidade, obviamente, impunha certa

beleza trágica e romântica. No entanto, ainda assim, era feia aquela coisa abandonada, desgastada e que insistia em ficar de pé. Na realidade, o prédio parece ter vida própria.

A cada rachadura que cresce e pedaço de reboco que cai, ainda é possível senti-lo respirar. As correntes de ar gelado que atravessam seus corredores sussurram o medo da solidão. O seu toque é frio, porém não cadavérico. Ele faz ruídos, te envolve de maneira ao mesmo tempo sutil e sufocante. Apesar de todos os maus tratos, o prédio ainda vive!

Não adiantou, portanto, apenas segregar. Era necessário silenciar aquele corpo de concreto que insistia em chamar atenção através de sua existência desoladora. Foi então que, em 2013, a FELUMA apresentou a proposta de transformar o prédio em um memorial de Juscelino Kubitschek, haja vista este ter integrado o corpo médico do Hospital Militar em 1931. Reverenciar a memória do político bossa nova implicaria, por outro lado, enterrar de vez no solo do esquecimento tantas pessoas que, tais como o prédio, foram abandonadas e silenciadas — isto é, manter-se-ia a prática de segregar os indesejáveis.

Por vezes, me pergunto: acaso ser esquecido também não seria uma forma de tortura que leva ao enlouquecimento? Afinal de contas, de que serve o passado senão para incomodar?

Por esse motivo, um grupo de artistas, ativistas, educadores, profissionais autônomos e produtores culturais questionaram a proposta da FELUMA. E questionaram ocupando o prédio do antigo HNPI.

Nos dias de auge do funcionamento do Hospital Colônia de Barbacena, muitas pessoas chegavam ali através de um trem, conhecido à época como “trem de doido”. Essa expressão, atualmente incorporada ao vocabulário mineiro para se referir a algo positivo, foi criada pelo escritor Guimarães Rosa no conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, do livro *Primeiras estórias*. O conto fala do viúvo Sorôco, que teve de deixar a mãe e a filha no trem que as levaria até Barbacena para receber tratamento psiquiátrico. Sorôco nunca mais viu as mulheres que compunham sua única família, e, de fato, muitos passageiros do “trem de doido” faziam uma viagem sem volta.

Na madrugada de 26 de outubro de 2013, o que chegou ao antigo HNPI foi um ônibus cheio de “doidos” fantasiados, com purpurina, roupas coloridas, máscaras, penas nos cabelos, tinta pelo corpo e instrumentos musicais. “Internaram-se” no prédio e no hall de entrada viram o dia amanhecer ao coro suave de *Filhos de Gandhi*. A partir daquele momento, o prédio tornou-se *Espaço Comum Luiz Estrela*.

O moribundo prédio louco, que por tanto tempo comportou a loucura, passa então a ser dirigido por loucos. Seus novos residentes arrancaram-lhe a camisa de força e, com arte, começaram a curar as feridas e a afastar o frio e a escuridão. Afinal, não se desmonta um inferno sem tinta, pincéis, colagens, panos coloridos, modelagens, melodia, dança e, de quebra, algumas arqueólogas bem-dispostas.

O poeta, ator, escritor, dramaturgo, roteirista e diretor de teatro de aspirações anarquistas, Antonin Artaud, após várias passagens por manicômios e experiências traumatizantes, concluiu que: “Ninguém alguma vez escreveu ou pintou, esculpiu, modelou, construiu ou inventou senão para sair do inferno” (ARTAUD, 1925). Os novos residentes que se internaram no antigo HNPI, artistas em sua maioria, não tinham espaço na cidade e abrigaram-se no prédio da reclusão por excelência. Desejam ironia maior?

Foi quando esse mesmo prédio se tornou Estrela, que pude conhecer Marieta e a Josefa, através das inscrições que deixaram nas paredes daquela antiga instituição.

A presença daquelas meninas me guiou durante toda a pesquisa. Elas me ajudaram a sentir de forma corpórea a experiência manicomial, a pensar além da lógica tradicional e, sobretudo, a me envolver afetiva e emocionalmente com meu trabalho. Posso dizer que fui tocada pelas histórias trancadas naquele lugar e saí dali transformada, de modo que

hoje tenho uma visão diferente daquilo que é chamado de loucura. Se considerarmos que esse conceito se trata, na realidade, de uma construção social, tal como é uma construção os padrões de comportamento ditos “normais”, fico com a assertiva do Gato, que, ao encontrar Alice, afirmou: “(...) somos todos loucos por aqui. Eu sou louco. Você é louca”. De fato, em meio às nossas relações sociais excludentes, que olha com desconfiança o outro que se apresenta como diferente do nosso eu, somos todos um pouco loucos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Andrés Zarankin pela leitura atenciosa e sugestões que ajudaram a moldar este artigo; e a Fernanda Codevilla, que esteve comigo durante meus encontros com Marieta e Josefa e me inspirou a construir suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTAUD, A. 1925. Carta aos Médicos-chefes dos Manicômios (1925). Intensidadez. Disponível em: <<http://intensidadez.unblog.fr/2014/09/09/antonin-artaud-carta-aos-medicos-chefes-dos-manicomios-1925/>>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- CARVALHO, E. V. 2011. Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes: a classificação e a educação dos “menores” na legislação mineira de 1927. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_670.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- CIRINO, Oscar. 1992. O descaminho daquele que conhece. *Fascículos FHEMIG*, Belo Horizonte, 7:39-83.
- CORREIA, Sílvio. B. G. 2014. ‘Úteis a si e à pátria’. Arqueologia, Arquitetura e Poder Disciplinar: um estudo de caso da Colônia Isabel em Pernambuco. 2014. *Trabalho de Conclusão de Curso*. São Raimundo Nonato, Universidade Federal do Vale do São Francisco, 104pp.
- DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 08 jan. 1956.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 jul. 1980.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16 jul. 1980.
- FOUCAULT, M. 2013. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, Vozes.
- GOFFMAN, E. 1974. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- HILLIER, B.; HANSON, J. 1984. *The Social Logic of Space*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEWIS CARROLL. 2010. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Trad. de M. L. X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar.
- LOPES, Rhuan C. S. 2017. Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará – Arqueologia em uma Instituição Total Amazônica. *Tese de Doutorado*. Belém, Universidade Federal do Pará. 164pp.
- MARKUS, T. A. 1993. *Building and Power: Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*. Londres e Nova York, Routledge.
- MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 2094, de 14 de março de 1947. Cria o Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil e o Instituto de Psico-pedagogia. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=2094&comp=&ano=1947>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- MOREIRA, Juliana M. B. 2015. Arquitetura que enlouquece: Poder e Arqueologia. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 148pp.
- SILVEIRA, A. J. et al. 2011. Saúde e Arquitetura em Belo Horizonte. In: MARQUES, R.; SILVEIRA, A. J.; FIGUEIREDO, B. (Orgs.) *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, Manole e Fiocruz, pp. 117-158.
- SENATORE, Maria X.; ZARANKIN, Andrés. 2014. *Storytelling, Big fish* y arqueología: repensando el caso de la Antártida. In: RIVOLTA, M. C.; MONTENEGRO, M.; FERREIRA, L. M. (Orgs.) *Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología: perspectivas desde Sudamérica*. Buenos Aires, Fundación de Historia Natural Félix de Azara, pp. 111-130.
- STANCHI, R. P. 2008. *Modernidade, mas nem tanto: O caso da vila operária da fábrica Confiança, Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 199pp.
- ZARANKIN, A. 1999. Casa tomada: sistema, poder y vivienda familiar. In: ZAZANKIN, A.; ACUTO, F. *Sed non Siata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires, Del Tridente, pp. 239-271.

- ZARANKIN, A. 2002. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires*. São Paulo, Fapesp.
- ZARANKIN, A. 2003. Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. *Revista de Arqueología Americana*, México, 22:25-41.